

**INDAGANDO A TRADIÇÃO: A PESQUISA EDUCACIONAL E O
PROJETO POLÍTICO DO DESENVOLVIMENTO MINEIRO (1956/1966).**

Inquering tradition: the educational research and the political project from development of Minas Gerais (1956/1966)

Maria do Carmo Xavier*

RESUMO

O artigo pretende construir uma compreensão dos caminhos intelectuais que nortearam o estabelecimento do padrão científico da pesquisa educacional produzida em Minas Gerais, entre 1956 e 1966. Para tanto, organiza um mapeamento das cadeias discursivas que configuraram as finalidades e lugar institucional do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE). O objetivo é interrogar a tradição política e intelectual mineira que desenhcou o campo de possibilidades para a afirmação da pesquisa educacional, como instrumento de promoção do desenvolvimento.

Palavras-chave: Pesquisa educacional. Desenvolvimento. Cultura política.

ABSTRACT

The article intends to construct understanding of the intellectual ways that guides the establishment of the scientific pattern of educational research produced in Minas Gerais between 1956 e 1966. To this questions, it organizes one chart of the discussive chairs that configure the institutional place finalty of the Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE). The objective is to interrogate the politics and intelectual tradicion of Minas Gerais that draw the field of possibilities to the affirmation of the educacional research, like instrument of production of developing.

Key words: Educational research. Development. Political culture.

* Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: carminhax@hotmail.com

Introdução

O modo de fazer política e o comportamento dos políticos mineiros é tema recorrente nos estudos que abordam as relações de poder em Minas Gerais¹. Examinando as primeiras décadas republicanas, os autores desses estudos indicam que a postura conciliadora e conservadora dos homens públicos mineiros representou mais do que uma atitude voluntarista. Ela possibilitou um movimento de aglutinação de forças internas, cujo principal objetivo era preservar a capacidade de governo e o poder político do Estado, em âmbito nacional.

Apreende-se nas análises desses estudiosos que o princípio da conciliação, ostentado como virtude dos políticos mineiros, foi uma espécie de fórmula que possibilitou às elites políticas e às lideranças do mundo da produção equacionar o conjunto de problemas decorrentes do quadro de dispersão produtiva e de pulverização do poder, característico da realidade regional, desde os tempos do Império. Com o advento da República essa desarticulação tornou-se um fator impeditivo da integração política necessária para afirmar o poder do Estado no sistema federativo. Observa-se, então, a urgência das elites em constituir um projeto político comum, imprescindível para assegurar o equilíbrio das forças internas e garantir a governabilidade.²

O exercício da conciliação, permitiu fixar a orientação geral de um projeto político de desenvolvimento regional, orientado e conduzido pelo Estado. O projeto assegurou a defesa de interesses comuns àqueles que partilhavam uma identidade regional; historicamente construída e reconstruída, por meio de um processo de complementaridade entre o velho e novo. Na consolidação da identidade regional muito contribuiu a noção de *mineridade*, definida por Maria Arminda Nascimento Arruda (1986) como um suposto comportamento típico do mineiro, que reúne os princípios fundamentais da sua personalidade política. Para Bernardo Mata-Machado (1986), esse foi um artifício cultural, que funcionou como uma espécie de cimento entre a tradição e o futuro; unindo sob a égide de um mesmo projeto, grupos conservadores e grupos modernizantes.

Otávio Dulci (1984) esclarece que a mineridade foi o código de unificação e de construção da auto-imagem da elite política de Minas Gerais. A idéia ajudou a compor teias de identificação cultural e a agregar interesses comuns, legitimando valores e estruturas de pensamento da minoria dominante. Corroborou, dessa forma, para afirmar a convergência das elites em torno de um projeto político comum do desenvolvimento regional, orientado pela perspectiva da *continuidade e mudança* – típica da história política e institucional mineira. Ou, como sugere o autor, um método de adaptabilidade às

¹ Essas idéias estão presentes em: Horta 1956, Carvalho 1966, Bastos 1971, Wirth 1977, Dulci 1982, 1984, 1999, Martins Filho 1981, Resende 1982, Arruda, 1996, 1999, Mata-Machado 1986, Mello 1996.

² Cláudia Viscardi (2006) critica o caráter monolítico desse princípio, nos moldes colocados por alguns autores, e destaca a necessidade de ampliação dos estudos sobre a temática. Sem contestar a autora, consideramos a lógica da conciliação pertinente para o entendimento da questão posta neste texto. Interessa-nos, interrogar a conciliação política como elemento de organização da cultura política mineira e que permite pensar a tradição de tratamento dos problemas da educação, na perspectiva da conservação de crenças, valores políticos e comportamentos de atores individuais e coletivos.

circunstâncias; um meio de promover mudanças conservando-se a essência de interesses já estabelecidos.

Este artigo vai ao encontro dessas reflexões à medida que pretende evidenciar a perspectiva da *continuidade* nas práticas e na produção científica do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais (CRPE), entre 1956 e 1966. O CRPE foi criado em Belo Horizonte em 1956, com recursos do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)³, para produzir estudos e pesquisas sobre a realidade regional e assim contribuir no processo de renovação das políticas públicas de educação. A história e a trajetória dessa instituição se inscreve no projeto político e cultural de Anísio Teixeira, na década de 1950, e vincula-se aos objetivos do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) – iniciativa pioneira de institucionalização da pesquisa educacional no Brasil, estabelecida na estrutura do INEP, no período em que ele dirigiu aquele órgão (1952-1964).⁴

Por intermédio desse projeto, o INEP ofereceu aos governos estaduais, parte das condições operacionais para a viabilizar a produção de pesquisas e inquéritos reveladores da realidade educacional e das tendências do desenvolvimento regional.⁵ O objetivo era associar a renovação do sistema escolar ao projeto mais amplo do desenvolvimento nacional. Nesse projeto, reservou-se à pesquisa científica o papel de subsidiar a produção de planos de revisão e de reconstrução da educação escolar, tendo em vista o equacionamento das demandas do desenvolvimento regional e nacional.⁶

Do ponto de organizacional o CBPE e CRPE partilhavam os mesmos objetivos e a mesma estrutura administrativa. Foram planejados para atuar com quatro divisões de trabalho: a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE), encarregada de produzir levantamentos sobre a situação escolar e gerar teorias sobre o desenvolvimento da prática educativa; a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS), cuja tarefa era produzir conhecimentos sobre a cultura e a sociedade; a Divisão de Organização da Documentação e Informação Pedagógica (DDIP), encarregada de divulgar os resultados alcançados pelas pesquisas e efetuar registros sobre as atividades do Centro; e Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM), responsável por organizar e manter cursos de treinamento do pessoal do magistério, atuando como uma espécie de laboratório para a experimentação de programas, métodos e recursos para o ensino.

Norteados por esses propósitos, os centros de pesquisa inauguraram uma inédita parceria entre cientistas sociais e educadores, cuja meta era dotar o campo da educação de um novo arcabouço teórico de compreensão do papel da educação escolar no desenvolvimento. Objetivamos neste artigo indicar a direção na qual essa idéia repercutiu entre a elite mineira. Para tanto, serão evidenciados os caminhos conceituais que

³ A época, o órgão se encarregava do estabelecimento de critérios para aplicação das verbas federais para o ensino primário, da orientação da formação de professores e promoção da pesquisa educacional. Hoje, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁴ Sobre o CBPE e a pesquisa educacional desenvolvida na década de 1950 ver, Xavier, 1999 e Freitas 2001.

⁵ O INEP firmou convênios com os governos estaduais, para a criação de cinco Centros Regionais de Pesquisa que foram instalados nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Recife.

⁶ Cf. Decreto n.38.460 de 28 de dezembro de 1955, que cria o CBPE e os CRPEs.

conferiram sentido à missão do CRPE em Minas Gerais. Assim, sem contestar o mérito do argumento da mineridade, o que se quer focar é a idéia da *continuidade*, presente nos valores, crenças e convicções dos sujeitos encarregados de produzir o CRPE, no âmbito regional. Nessa direção, interrogamos a idéia da *continuidade* como um meio de conservação da cultura política, que obviamente não se desvincula da essência de interesses de grupos já estabelecidos, mas, que pode ser interpretada como a *tradição* mineira de tratamento da questão educacional. E nesse caso, a idéia da tradição deve ser entendida como um modo de preservação cultural, que só se sustenta à medida que os indivíduos encontram sentido nas experiências do passado.⁷

Para organizar a exposição foram priorizadas três tópicos: a primeira esclarece o papel reservado à pesquisa no projeto CBPE/CRPE; a segunda apresenta o pensamento político dos protagonistas da empreitada em Minas Gerais, priorizando a interpretação do sentido de suas falas e escritos sobre o papel da pesquisa educacional na promoção do desenvolvimento. Por fim, na última tópica, constrói-se uma reflexão sobre os sentidos e finalidades da pesquisa educacional, para os sujeitos que organizaram e puseram a funcionar o CRPE em Minas, destacando a continuidade como prática cultural de legitimação do lugar social e do poder de grupos no interior do projeto político do desenvolvimento regional.

A pesquisa educacional como instrumento de leitura da realidade.

As idéias que deram origem ao projeto dos centros de pesquisa podem ser capturadas no discurso pronunciado por Anísio Teixeira ao assumir a direção do INEP em 1952.⁸ Nele, Anísio apresenta um balanço da educação nacional e defende a urgência de um *Programa de Reconstrução Educacional da Nação*, pautado em bases científicas e democráticas. O referido programa conferia ao INEP a função de fazer eclodir a consciência nacional, considerada indispensável para reconstrução educacional do país. A criação dos centros de pesquisas representou a materialização dessa idéia. Concebidos para atuar como uma espécie de frente avançada do INEP, sua missão era disseminar a atividade de pesquisa, congregando a intelectualidade na produção de diagnósticos e prognósticos das necessidades culturais e escolares de cada região e, assim, subsidiar a elaboração de políticas públicas de educação de base racional e científica. Anísio Teixeira acreditava que essa forma de perceber os problemas da educação permitiria aos governos reformular valores e concepções sobre o ensino e a escola, para melhor planejar o sistema escolar às demandas do desenvolvimento. Nesse sentido, o projeto CBPE demarca a concepção de Anísio Teixeira sobre o papel da ciência e da escola na promoção do desenvolvimento brasileiro.

⁷ Essa perspectiva é trabalhada por Antony Giddens, 1997. O autor afirma que a tradição não pode ser pensada como mera repetição. Ela exerce a função de conservação cultural e funciona como parâmetro do passado para a orientação de ações futuras. Cf. Giddens. 1997, cap. 2, p.73-133

⁸ Discurso de posse do professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 27, n.46, p.69-79, abr/jun. 1952.

No seu entendimento o contexto, econômico, político e social da década de 1950⁹ oferecia os elementos decisivos para a sociedade brasileira superar a fase não-moderna, na qual ainda se encontrava. As mudanças sociais, culturais e tecnológicas que se processavam no país, decorrentes da intensiva expansão industrial e urbana e do avanço da ciência, credenciavam a nação a dar um salto rumo à consolidação da ordem social moderna, industrial e democrática. Todavia, o sucesso dessa transição dependia da correção dos dualismos da sociedade brasileira – urbana e rural, arcaica e moderna, desenvolvida e subdesenvolvida – contrastes que desvirtuavam o desenvolvimento nacional. Na sua avaliação, o dado mais preocupante naquele momento era o fato do País ainda não se encontrar institucionalmente preparado para enfrentar a fase histórica do desenvolvimento. Dizia ele.

Estamos, com efeito, a fazer, agora, a nossa revolução industrial melhor, diríamos, tecnológica, com seu rol de conseqüências em nosso modo prático de viver, na divisão do trabalho, no surgimento da produção em massa, no enriquecimento nacional e na crescente urbanização da vida brasileira'. [todavia] não chegamos nós a criar um sistema comum e sólido de educação popular, que devia se assentar em um robusto e consistente sistema de educação pública e já as contingências do crescimento estão a nos exigir urgentes medidas de 'revisão, redireção e refinamento das instituições escolares existentes'. Todos estamos a ver o estado de confusão e crise que estamos imersos [...] tornada mais grave pela tenuidade de nossas instituições. (TEIXEIRA, 1952, p. 70-71).

Teixeira avalia que crescimento desordenado do sistema nacional de ensino, sem uma devida adequação às exigências da moderna sociedade urbano-industrial, ao invés de corroborar o desenvolvimento, agravava ainda mais os desequilíbrios existentes. O Brasil vivia um estado de confusão, corporificado em uma crise institucional, fruto de um legado de idéias e modelos transplantados que foram estabelecidos nos tempos coloniais e ainda permaneciam no horizonte cultural da nação. Esses elementos produziram ao longo do tempo uma situação de falseamento da realidade, fazendo com que as instituições nacionais vivessem em dois planos: “o real com suas particularidades e originalidades, e o oficial com seus reconhecimentos convencionais de padrões inexistentes”.¹⁰

Para inserir-se no rol das nações modernas, o Brasil precisava promover uma verdadeira readaptação institucional. Era preciso substituir as estruturas culturais arcaicas, expressas em práticas anacrônicas e no estilo dinástico de conduzir os processos sociais, ainda predominante nas instituições nacionais, por modelos racionais e científicos. E o primeiro passo nessa direção era romper com o excessivo controle e poder da União sobre as unidades federativas. O centralismo administrativo corroborava

⁹ Período marcado por conquistas jurídicas, asseguradas pela Constituição de 1946, pelo avanço do espírito científico, pela acelerada expansão industrial e urbana, elementos que desencadeavam mudanças sociais e culturais e ampliavam a demanda por escola.

¹⁰ “A crise educacional brasileira” palestra pronunciada em 1953 no curso de administração da Fundação Getúlio Vargas. Aqui estou utilizando o texto publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v.80, n.195, maio/agosto, 1999, p.313.

para o predomínio de hábitos, valores e comportamentos burocráticos que dificultavam a ação dos grupos profissionais especializados, deixando as decisões à mercê da opinião pessoal de políticos, nem sempre portadores do tirocínio necessário para encaminhar certas questões.

No campo da educação, para rever as práticas e as políticas educacionais era preciso identificar suas distâncias em relação à realidade econômica, social e cultural de cada região de modo a torná-las coetâneas da fase de desenvolvimento vivida em âmbito regional e nacional. A reconstrução educacional da nação dependia da racionalização dos procedimentos escolares, e para tanto, era preciso investir em métodos científicos e experimentais capazes de diagnosticar seus problemas e suas potencialidades. Esses aspectos, segundo Anísio Teixeira, “já podiam ser estudados e conhecidos a ponto de indicarem por si mesmos os rumos a seguir”.¹¹

É importante ressaltar que para Anísio Teixeira a renovação educacional era uma exigência daquela fase do desenvolvimento da sociedade. Um tempo de culminância histórica, na qual as intensas mudanças geradas pela intensa urbanização e industrialização promoviam a renovação cultural da sociedade, provocando uma indisfarçável inquietação social. A incorporação das massas do campo ao operariado dos centros industriais configurava uma onda de mobilidade da população na busca por novas oportunidades de vida e trabalho. Essa população despertada pelos novos meios de comunicação material e mental, buscava a escola porque compreendia melhor o significado da escolarização.¹²

Nesse novo cenário cultural, cabia ao sistema de educação nacional assumir novos valores e novas condições de eficiência, adequando-se às exigências daquele tempo histórico. Era urgente rever as práticas escolares e a formação dos quadros profissionais do magistério – tornando-os capacitados nos mais diversos aspectos técnico-científicos e esclarecidos do papel da educação no desenvolvimento. Contudo, Anísio temia que as rápidas e complexas transformações conjunturais que se operavam na década de 1950 agravassem ainda mais o quadro descompasso entre instituições educacionais e as demandas da sociedade. Ele identificava naquele momento histórico uma situação de “transição e de perigo”. As mudanças que se operavam no país não redimiam o caráter “fictício e inadequado das suas instituições”. Elas permaneciam impregnadas de valores e de padrões de comportamentais que constituíam verdadeiros empecilhos ao pleno desenvolvimento da nação. Sem promover uma ampla reforma institucional, a sociedade brasileira corria o sério risco de perecer, porque, não estava preparada para “suportar e dirigir o próprio progresso”¹³.

Possivelmente, foi essa consciência de perigo que motivou Anísio Teixeira a convocar seus pares para criar o CBPE e os CRPEs. O propósito era estabelecer um

¹¹ Discurso de posse 1952, p.71

¹²Dados do IBGE informam que em 1955 numa população de 58.600.000 habitantes, 10,2% formada de crianças entre 7 e 10 anos, deveriam estar nas escolas primárias cerca de 5.800.000. No entanto, as matrículas no ensino primário não passavam de 4.500.000, havendo, portanto, 1.300.000 crianças sem escolas. Cf. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.26, n.63, julho/set. 1956, p. 204.

¹³ Teixeira, Anísio [1953] 1999, p.313.

novo ângulo de percepção dos problemas da educação nacional, distinto da política e da cultura pedagógica, vigorante naquele campo à época. Por isso ele propõe a parceria entre educadores e cientistas sociais como o ponto basilar do projeto. Para construir um padrão nacional de ciência e de tratamento dos problemas da educação, era preciso apreendê-los à luz do instrumental das ciências sociais¹⁴ – área que naquele momento se destacava como importante instrumento descritivo e interpretativo da cultura brasileira. O projeto CBPE aposta na idéia do conhecimento científico das diversas regiões do país como alicerce para a elaboração de teorias explicativas das potencialidades e dilemas do desenvolvimento regional. As pesquisas subsidiariam a elaboração de uma política nacional de educação, harmonizada com as demandas regionais e comprometida com a superação do atraso e a consolidação da ordem democrática.¹⁵

E não se pode perder de vista nessa análise que, na década de 1950, a idéia de planejar e racionalizar as ações do Estado encontrava-se no centro do debate político sobre a superação dos obstáculos ao desenvolvimento. No campo educacional a temática do planejamento produziu uma variada gama de argumentos e de questões que foram apropriadas e re-elaboradas no diálogo com a UNESCO – Agência para a educação, a ciência e a cultura, e a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina, dois importantes organismos das Nações Unidas que, à época, promoviam ações destinadas a combater o analfabetismo e ampliar os índices de escolarização da população mundial, financiando e estimulando a implementação de projetos voltados para a racionalização dos processos sociais e econômicos das então denominadas sociedades subdesenvolvidas.¹⁶

Também é preciso ressaltar o caráter inovador do projeto dos centros de pesquisas. Segundo estudiosos da história das ciências sociais¹⁷, o projeto CBPE constituiu um capítulo na trajetória do pensamento social brasileiro e contribuiu decisivamente no processo de institucionalização das ciências sociais e de afirmação do debate público sobre o desafio de produzir uma ciência nacional, que efetivamente contribuíssem para esclarecer a natureza dos problemas brasileiros. O CRPE de Minas Gerais fez parte dessa história e produziu um padrão científico peculiar. Nosso interesse é focar essa particularidade. O que se lerá adiante pode ser anunciado como indícios da forma como seus protagonistas compreenderam o papel da pesquisa educacional na renovação da escola.

¹⁴ Vale lembrar as chamadas ciências sociais englobavam naquele momento os campos da política, economia, sociologia, antropologia, geografia e a psicologia social. Para Anísio Teixeira as ciências sociais eram ciências-fonte da educação, responsáveis pela oferta do instrumental teórico necessário para a compreensão alargada dos problemas educacionais. Sobre o tema ver: Corrêa, 1988.

¹⁵ Sobre o CBPE e a pesquisa educacional desenvolvida na década de 1950 ver, Xavier, 1999 e Freitas 2001.

¹⁶ Desenvolvimento/sub-desenvolvimento são noções centrais nesse contexto. Desde o fim da II Guerra Mundial essas idéias deslocavam as noções de progresso e atraso, cujo fundamento estava na lógica da restrição e da falta, organizando um novo repertório cultural que difundia a perspectiva da superação do atraso por intermédio de uma ação organizada e direcionada no sentido da aceleração do tempo histórico rumo ao desenvolvimento. Sobre o impacto dessas idéias no pensamento social brasileiro. Sobre o tema ver: Freitas, 1998 e 2001.

¹⁷ Cf. Correia, 1998, Xavier, 1999, Freitas, 2001.

O CRPE em Minas Gerais: “Reacender o brilho de outros tempos”

A frase em aspas no subtítulo acima foi publicada no jornal *O Diário*¹⁸ do dia 18 de agosto de 1956. Ela é um dos indícios da expectativa criada em torno da instalação do CRPE em Belo Horizonte e diz muito do significado atribuído ao empreendimento no Estado. Em editorial, o jornal aprova o convênio estabelecido com o INEP pelo governador Francisco Bias Fortes¹⁹ e destaca a importância da escolha de Mário Casasanta para a direção do órgão.

Professor e intelectual respeitado no meio educacional mineiro, Casasanta vinha atuando na administração pública desde a década de 1920 e sua postura conciliatória na condução de conflitos se tornou conhecida por ocasião da Reforma do Ensino Primário e Normal de 1927. No cargo de Inspetor da Instrução Pública ele comandou ao lado de Francisco Campos, entre 1928 e 1931, as ações concretas de reestruturação dos serviços da educação em Minas Gerais, procurando demonstrar aos opositores católicos que a perspectiva técnico-científica, adotada pela Reforma, objetivava apenas modernizar o ensino, sem prejuízo de sua cristianização, como desconfiavam os representantes da Igreja.²⁰

Para o editor do jornal, a criação do CRPE simbolizava a renovação do interesse público pelos problemas da educação no Brasil e era significativo que esse “revivescer do interesse pedagógico, em bases novas de adequado aparelhamento” se desse “precisamente na esfera da pesquisa”, área na qual Minas tinha tradição e se achava em “condições de contribuir”. Assim ele se manifestava:

Minas já deu a pauta e as diretrizes em matéria de renovação pedagógica. A esse tempo, aqui se levou a bom termo a reforma de ensino que, em razão de elementar justiça, deve passar à história da administração pública e às idéias pedagógicas, com a designação de Francisco Campos-Mário Casasanta, tão significativa se revelou a colaboração desse último. (...) que sempre se inclinou à indagação objetiva, tanto assim, que suas foram as primeiras pesquisas pedagógicas que então se realizaram [em Minas]. (O DIÁRIO, 18 agosto de 1956).

Recorrendo ao passado para instituir o projeto futuro do CRPE o editorial situa os seus propósitos no campo dos interesses e das preocupações que vinham orientando

¹⁸Jornal católico criado por Dom Cabral em 1935 circulou até 1972. Teve como colaboradores assíduos intelectuais como João Etienne Filho, Edgar da Mata-Machado, Alceu de Amoroso Lima, discutindo e se posicionando diante do quadro dos “problemas da educação”. Cf. Acervo *O Diário*, Biblioteca Padre Alberto, Pucminas, Belo Horizonte. Sobre Dom Cabral e o Grupo do *O Diário*, ver: Matos, 1990.

¹⁹Filho de uma tradicional família mineira, Bias Fortes, governou o Estado no mesmo período que JK foi Presidente da República (1956-1960). Correligionário do PSD, seu governo foi marcado pelo mesmo tom de conciliação política proposto por JK em prol de desenvolvimento.

²⁰Conforme Peixoto, 1999, Casasanta usou da sua habilidade para administrar conflitos em várias ocasiões. Ao longo das décadas de 1920 e 1960 ele exerceu os cargos de diretor do Instituto de Educação de Minas Gerais, diretor da Imprensa Oficial, do Programa de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE), além de atuar como catedrático da Escola de Direito, fundador da Faculdade de Filosofia, reitor da Universidade de Minas Gerais (UMG), membro do Partido Social Progressista (PSP). Em 1932 ele assinou o Manifesto dos Pioneiros, causando polêmica entre os católicos mineiros.

o pensamento educacional mineiro, desde as décadas de 1920/30. Nesse deslocamento, transfere para o quadro da Reforma do Ensino Primário e Normal de 1927, o sentido da criação do CRPE em Minas Gerais. Nessa amarração dos propósitos do CRPE à experiência mineira de tratamento da questão educacional, o jornal sugere que os objetivos do projeto – qual seja, a produção de pesquisas científicas para fundamentar a elaboração de políticas públicas – “já se fizera presente em iniciativas conservadas ou perdidas no Estado”. E nesse caso, a referência é a *Escola de Aperfeiçoamento*. Instituição que memória oficial atribuiu o papel de vanguarda na formação docente e na produção padrão científico de elaboração de material didático destinado à escola primária.²¹

O mesmo recurso de justapor passado/futuro aparece na fala de Mário Casasanta, ao discursar na inauguração do CRPE em fevereiro de 1957.²² Para ele a criação daquele órgão vinha ao encontro das mais genuínas orientações dos homens públicos mineiros. Como exemplo, cita o interesse pela pesquisa, a preocupação com a formação dos mestres, com o estudo dos currículos, métodos de ensino e materiais didático-pedagógicos destinados à escola primária, presente no esforço empreendido pela Reforma Francisco Campos, com o objetivo de racionalizar e modernizar o ensino primário e normal.

Avaliando o cenário brasileiro da década de 1950, Casasanta afirma que o investimento na escola primária e na formação dos professores continuava sendo o principal desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas. Em consonância com o pensamento de Anísio Teixeira ele afirma que apesar do país viver uma fase de “excepcional desenvolvimento econômico”, o crescimento não se fazia acompanhar do necessário ajuste dos serviços escolares às demandas do desenvolvimento. O ensino secundário vivia uma séria crise e não produzia os resultados esperados. O ensino superior configurava-se como “um equipamento caro e que não corresponde ao dinheiro que nos custa” tampouco (...) “formava os homens que carecemos e de que precisamos”. As dificuldades orçamentárias do Estado eram muitas e comprometiam a ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas criando “o problema das crianças sem escolas”. Quadro que segundo ele era “imperdoável”. Ao mesmo tempo, assistia-se a expansão da rede de escolas particulares, o que colocava em risco uma das mais importantes conquistas republicanas: “a escola única, que constitui ainda um ideal para grandes povos”.²³

No entanto, se no reconhecimento do problema, a avaliação de Casasanta se aproxima da de Anísio Teixeira, as diferenças aparecem na questão do seu encaminhamento. Para Casasanta a solução dos problemas dependia de uma ação direta do poder público na hierarquização das necessidades educacionais do país. Era urgente equilibrar os investimentos financeiros e assegurar a oferta de vagas no ensino primário. Esse mesmo argumento organiza a fala de Abgar Renault, ao deixar o cargo de ministro

²¹ Criada pela Reforma Francisco Campos em 1929 e extinta em 1946, a Escola de Aperfeiçoamento se “constituiu como um laboratório de pesquisa e experimentação de métodos de ensino e formação de recursos humanos”. Atuou na formação de uma elite do magistério que, nas décadas seguintes, ocuparam os cargos de maior poder e prestígio no Estado. Cf. Prates, 1989, Peixoto, 2003.

²² Publicado no BOLETIM CRPE, Ano 1, n.1, 1958.

²³ Idem, p. 23.

da educação, em fevereiro de 1956.²⁴ Recorrendo aos dados do orçamento federal de 1955, ele critica a discrepância dos investimentos na educação superior (da ordem de 44,21%), contra apenas 7,16% no ensino primário e destaca a falta de preocupação da opinião pública e dos governos, para com os problemas do ensino primário. No seu entendimento era indispensável, naquele momento, fixar preceitos que assegurassem a eficácia dos investimentos públicos e justificassem a sua concessão.

Quanto às pesquisas, Casasanta atribui ao saber científico um papel pragmático na condução do projeto de renovação educacional. Ele pensa a pesquisa como um instrumento de correção e racionalização das políticas públicas, capaz de contribuir para evitar as distorções do sistema de educação nacional. Na sua avaliação, no país “nunca se gastou tanto, nem tão mal com o serviço de ensino”.²⁵ Por isso era rigorosamente necessário conhecer os problemas da educação escolar e produzir as respostas indispensáveis ao seu exato encaminhamento. No raciocínio de Casasanta, cabia ao poder público, monitorado pelo conhecimento técnico, indicar a justa medida das necessidades de modernização institucional e do uso racional dos recursos públicos. A lição já havia sido ensinada pelos homens públicos mineiros. Diz ele:

João Pinheiro, um universitário, voltou-se quase exclusivamente para a escola popular. Afonso Pena, um suscitador de valores, criando a Faculdade de Direito, quando governador do Estado fez o timbre de lhe dar o cunho de uma instituição privada, preferindo recorrer a uma subscrição pública a onerar os cofres estaduais. E Antonio Carlos, se criou a Universidade de Minas concedeu-lhe um patrimônio que lhe permitisse viver como instituição particular, e, de qualquer modo, o esforço que desenvolveu para a reorganização de nosso ensino normal e primário, notavelmente cometida a um espírito das singulares dimensões de um Francisco Campos, que bem comprova o conceito em que tinha a responsabilidade educacional do Estado”. (BOLETIM CRPE, Ano 1, n.º 1, 1958, p.25-26)

Nota-se, nas duas citações a força da perspectiva da *continuidade* e do culto à idéia da coerência das políticas públicas em Minas, supostamente comprometidas com a racionalidade dos investimentos do Estado na promoção do desenvolvimento regional. São essas as referências conceituais que se destacam no plano de trabalho do CRPE e nas falas de Casasanta. Em primeiro plano está o compromisso da instituição com o projeto político do desenvolvimento regional²⁶ – que naquele momento priorizava o investimento no binômio energia-transporte e enfatizava a especialização técnica como meta do setor público.

No campo da educação essa meta se traduzia no projeto de reforma dos serviços da Secretaria de Educação, cujo objetivo era aumentar a eficácia dos serviços de inspeção e assistência técnica ao ensino primário, de modo a melhorar a qualidade do ensino

²⁴ Publicado na Revista *Kriterion*, v.9 n.º35-38, 1956 p.250 sob o título “A situação do Ensino no Brasil”.

²⁵ Cf. *BOLETIM CRPE*, Ano 1, n.1, 1958, p.23

²⁶ Sobre o projeto político do desenvolvimento mineiro, ver Dulci, 1999

primário e reduzir seus para os cofres públicos.²⁷ Dentro dessa lógica, Casasanta compreende o investimento na pesquisa educacional como um meio de mensurar as necessidades do sistema. A pesquisa ofereceria os elementos necessários para fazer com que a escola fosse pensada “como uma roupa que se talha para um dado corpo”.²⁸

A mesma concepção utilitária acerca do papel da pesquisa, organiza a proposta de atuação do governador Bias Fortes, no campo da educação. Em Mensagem à Assembléia Legislativa ele afirma que a contribuição natural das pesquisas era criar o estado de espírito propício às mudanças que se faziam necessárias ao sistema escolar mineiro, concorrendo.

[...] para racionalizá-lo e modernizá-lo em alguns pontos, e também, para torná-lo menos ambicioso, isto é mais simples, reduzido às grandes linhas essenciais da estrutura e aos grandes princípios fundamentais”. (MENSAGEM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, Ano, 1956, p.178).

Com base nessa orientação marcadamente pragmática, o governador informa a intenção do seu governo de encaminhar os problemas educacionais por meio de uma tríplice ação. Criar escolas. Dotá-las de prédios adequados e de professores convenientemente treinados. Constituir um sistema de fiscalização e orientação técnica, competente²⁹. O CRPE era parte desse programa e a ele coube, antes de organizar as atividades de pesquisas de cunho social, atender as demandas de formação dos quadros técnicos do magistério estadual. É o que atesta o discurso de Mário Casasanta no encerramento do primeiro Curso de Férias destinado à formação dos Inspectores de Ensino. Referindo-se aos objetivos do CRPE ele esclarece.

Não nos contentaremos, apenas com os esforços [da pesquisa], preciosos sim, mas de efeitos demorados. Atentos ao programa do Governo do Estado, de quem nos consideramos órgão ao mesmo tempo que do Governo Federal, esforçarmo-nos para cooperar com ele, na realização dos ideais e objetivos imediatos, e, com esse propósito, por determinação do Sr. Secretário de Educação, planejamos o primeiro curso especializado de inspeção escolar no País, curso esse de vantagens incontestáveis, que precisamente hoje estamos encerrando. (CASASANTA, 1957, p. 28).

E, posteriormente, em relatório enviado ao INEP.

Tendo em vista as peculiaridades de cada região, [...] ponto de partida da experiência que vivemos nos Centros Regionais, entendemos de bom alvitre, após entendimentos com prof. Anísio Teixeira, dar maior ênfase inicialmente aos cursos de férias a fim de promover o aperfeiçoamento do pessoal

²⁷ A reorganização administrativa do ensino primário em Minas Gerais foi iniciada no governo Milton Campos (1947-1950) por meio da reestruturação dos serviços técnicos e de inspeção escolar, estratégia prevista no Plano de Fomento da Economia Mineira de 1947. Todavia, desenvolveu-se lentamente nos governo JK (1951-1955) e só foi efetivamente retomada no governo Bias Fortes (1956-1960). Sobre o tema ver: Leroy, 1987.

²⁸ Cf. BOLETIM CRPE, Ano 1, n.1, 1958, p.23

²⁹ Cf. Mensagem a Assembléia Legislativa, Ano 1956, p.174.

dedicado ao magistério primário em Minas. [...] demos preferência, antes das pesquisas de cunho propriamente sociais, às de teor pedagógico, sobretudo no domínio do ensino da linguagem e da aritmética. (RELATÓRIO, 1957, p. 8).

As escolhas de Casasanta demarcam o seu posicionamento em relação à natureza da pesquisa social requerida pelo CBPE e revela a sua adesão aos propósitos do governo estadual. Em outras falas ele explicita sua compreensão de que o investimento em pesquisas sociológicas não era, naquele momento, a prioridade da política educacional do Estado. A urgência era a retomada do processo de aperfeiçoamento dos quadros do magistério estadual. E isso não significa que Casasanta não reconheça a importância dos aspectos sociológicos, para a renovação educacional. Todavia, ele argumenta que, apesar de “irrecusáveis em qualquer investigação concernente à Escola”, os efeitos produzidos pelas pesquisas eram demorados e sua elaboração exigia pessoal especializado, ainda escasso no Estado. Esses fatores tornavam o investimento na pesquisa sociológica insuficiente para encaminhar “os graves problemas da educação”.³⁰

Ao definir a pauta de trabalho do CRPE ele elege, como ponto alto do programa, a oferta de cursos de aperfeiçoamento para os quadros técnicos da Secretaria de Educação. Na sua avaliação, os cursos promoveriam a difusão de conhecimentos e de teorias pedagógicas propiciadoras da aplicação de soluções novas, dentro da compreensão de que a escola era fator decisivo no processo de desenvolvimento. Nota-se nos argumentos mobilizados pelo diretor do CRPE para justificar suas escolhas, a sua definida crença no papel da escola como ponte para o aumento da produção e como instrumento modelar na preparação dos indivíduos para sua inserção e cooperação no meio social. Uma concepção bastante consolidada entre os intelectuais e agentes da educação em Minas, e cuja referência conceitual era a Reforma de 1927, somada a ação da antiga Escola de Aperfeiçoamento – instituição que na década de 1940 exerceu papel de destaque na formação de quadros para o magistério e na produção de um padrão científico de elaboração de pesquisas voltadas para a elaboração de materiais didático-pedagógico destinados à escola primária³¹. Para Casasanta, esse era o papel da pesquisa educacional e pedagógica – um instrumento de captação de dados úteis para a renovação dos métodos de ensino e para a adequação da escola ao meio social. Dizia ele:

Uma escola, que mereça o nome de escola, não pode ser a imitação, mas uma criação de todos os dias. Não basta criá-las [...].É necessário que se faça sob medida para um dado meio [...] Para isso impõem-se o estudo das crianças, o estudo do meio físico e social que ela vive, o estudo das exigências sociais atuais e futuras, a elaboração de processos adequados de ensino. (BOLETIM CRPE, Ano 1, n ° 1, p.27, 1958)

³⁰ Relatório de Atividades do CRPE/MG enviado ao INEP em 1957.

³¹ A produção da Escola de Aperfeiçoamento situava-se nos campos da linguagem, da matemática e da psicologia. Parte desses estudos foram perdidas em um incêndio que destruiu, em 1954, a Biblioteca do Instituto de Educação de Minas Gerais, local que abrigava o acervo da Escola desde a sua extinção em 1946.

Em novembro de 1959, Abgar Renault assume a direção do CRPE.³² Partilhando a mesma crença na relevância da escola para a constituição do indivíduo e da sociedade, mas apoiando-se no entendimento da escola como um problema social, do qual o País não podia se furtar, ele procura expandir o investimento na produção das pesquisas sociais. Ao prefaciar o Boletim CRPE de nº 2, no qual se publicavam os primeiros resultados das pesquisas já realizadas, ele critica a atitude dos administradores públicos que ainda não haviam compreendido a importância das pesquisas como instrumento “imprescindível a qualquer obra de planejamento que pretenda abranger um problema por inteiro e alcançar o futuro”. Destacando o valor dos estudos desenvolvidos pelo CRPE no campo da Língua Pátria e da Aritmética, ele afirma que mais do que fixar o caráter especialíssimo dos fatos pedagógicos e sugerir a adoção de medidas de correção de currículos e metodologias de ensino, a pesquisa científica representava a possibilidade de se conhecer as razões das deficiências do ensino e, conseqüentemente contribuir para formação de uma consciência favorável ao desenvolvimento.

Não nos é suficiente (...) saber que é, em geral defeituosos e débil o preparo do magistério primário. Impõe-se, com cunho de necessidade irrecusável, que conheçamos por que razão ou razões assim é e em que ponto ou pontos esse preparo é mais defeituoso ou débil. Não será pela imaginação ou pela conjuntura que alcançaremos o conhecimento necessário e suficiente para articular as soluções que esse ou qualquer problema exige”. (Boletim CRPE, Ano 2, nº 2, 1959. p.5)

Sem contestar as ações da Secretaria de Estado da Educação, que conferia às questões educacionais uma feição pragmática e de cunho metodológico e aplicado, Abgar Renault procura conciliar, no melhor estilo mineiro, a pesquisa sociológica e os interesses já estabelecidos. Ele destaca a importância da cooperação entre o CRPE e o programa de reforma dos serviços técnicos da Secretaria de Educação, ao mesmo tempo em que busca através da parceria com a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (UMG) ampliar o universo de interesse e ação do CRPE. Chamando a atenção dos pesquisadores para novos pontos de partidas e novos significados no tratamento dos problemas da educação ele argumenta que a aplicação prática e a utilidade imediata, nem sempre são características que se “casam” no trabalho científico.

De resto, não é esperável nem possível; talvez nem mesmo sempre desejável que todos os trabalhos desse gênero apontem para rumos exatos e capazes de oferecer sugestões claras e positivas. É próprio do problema objeto de pesquisa ter faces múltiplas, de conformação divergentes de esquiua expressão e, conseqüentemente de obscura interpretação”. (Boletim CRPE, Ano 6, nº 6, p. 8, 1965)

As falas de Abgar Renault nos prefácios aos Boletins nos quais se publicam as pesquisas realizadas pelo CRPE, revelam sua intenção de conciliar duas tendências

³² Ele permanece no cargo até 1966 quando, ao ser nomeado Ministro do Tribunal de Contas, foi substituído na direção do CRPE por Paulo Diniz Chagas.

que, naquele momento, disputaram espaço e legitimidade no campo intelectual mineiro. O padrão de ciência trazido pelas pesquisas sociológicas, que em Minas ensaiava seus primeiros passos, e a pesquisa pedagógica, representada pelos estudos nas áreas da linguagem da matemática e da psicologia e cujo padrão científico se associava à tradição da Escola de Aperfeiçoamento.

O exame da produção científica do CRPE deixa entrever a distância conceitual entre a produção da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE) e da Divisão de Estudos e Pesquisas Social (DEPS). De um lado, filiavam pesquisadores interessados em oferecer elementos objetivos para o repensar programas, produzir sugestões metodológicas e procedimentos didáticos diretamente aplicáveis. Na avaliação de Lúcia Casasanta, essas pesquisas³³ ofereciam aos professores “excelente material para o estudo e a solução dos problemas de ensino”, e permitindo a superação de certas dificuldades dos alunos, “o que por si, já é uma boa conquista” (Boletim informativo CRPE, Ano 1, n.º 7-8, 1960 p.12).

Do outro lado, a incipiente experiência da pesquisa social³⁴ produzida por uma equipe de jovens pesquisadores, egressos do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, interessados em observar e descrever a realidade escolar, na intenção de identificar suas características e esclarecer seus dilemas. Abgar Renault, busca demarcar que esse tipo de pesquisa, para além da oferta de elementos susceptíveis de aplicação prática e útil na solução imediata dos problemas do ensino, contribuía para produzir a reflexão teórica dos problemas da educação. E nessa direção, ele lembra que teoria e prática, longe de oporem e reciprocamente excluírem-se são faces e fases do mesmo processo intelectual.

Conciliação, continuidade e mudança: indagando a tradição.

Prosseguindo no propósito de indicar a direção na qual a idéia da pesquisa como instrumento de diagnóstico da realidade repercutiu entre a elite mineira, é preciso estabelecer as relações entre as intencionalidades do projeto dos centros de pesquisas e do projeto político do desenvolvimento mineiro.

Ainda que de maneira rápida, procuramos mostrar neste texto que no plano do debate educacional da década de 1950, industrialização e mudança social foram palavras-chave na constituição do projeto dos centros de pesquisa do INEP. Eles foram idealizados

³³ Nas áreas da linguagem, matemática e da psicologia o CRPE produziu e publicou entre 1957 e 1966, quinze estudos, entre eles: Levantamento da Linguagem infantil em BH (1960), Como vamos de ortografia: subsídios para o estudo da frequência de erros (1960), Como brincam as crianças mineiras: estudo sobre o folclore (1962), Aspectos do ensino da aritmética no curso ginásial (1960), Estudos dos estágios lógicos do pensamento e linguagem (1960, 1961), Sondagem do ensino primário da matemática (1962), O ensino de matemática no curso de formação de professoras primárias (1965), Levantamento do vocabulário infantil (1963) Grafismo como indicação de maturidade para ingresso na primeira série do curso primário (1965), Nível intelectual e promoção no ensino primário (1965), Classificação de alunos novatos na primeira série em Minas Gerais (1965).

³⁴Entre 1959 e 1962, o grupo produziu seis estudos que podem ser classificados na categoria estudos sociológicos. Várzea do Pantanal: interação e transição (1962), A educação em Minas Gerais e seus aspectos econômicos (1964), A rede de ensino primário de Belo Horizonte (1965), Atitudes pedagógicas das professoras primárias (1966), Expectativas de trabalho e mobilidade social (1966), Aspirações e mobilidade geracional entre alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (1966).

como instituições encarregadas de produzir diagnóstico da realidade escolar e cultural das diferentes regiões do país, visando o estabelecimento de um novo padrão científico de tratamento do problema educacional brasileiro. Portanto, mais do que modernizar o campo da educação – debate iniciado na década de 1930, e do qual resultou a criação do INEP em 1938 – o horizonte daquele projeto era difundir a percepção da educação escolar, como fato social, cultural, econômico. Nesse sentido o papel das pesquisas era o de despertar a consciência pública para o papel da educação no desenvolvimento provocando uma mudança de rota na ação dos governos estaduais, no sentido da adequação cultural e material da escola às demandas do desenvolvimento.

E aqui é preciso ressaltar que ao defender a adequação da escola às demandas do desenvolvimento – o que certamente incorporava preocupações com a formação para o mundo do trabalho – Anísio Teixeira não se filiava à perspectiva de atualização da escola às exigências de ordem econômica. A principal marca do seu pensamento sempre foi a defesa das finalidades culturais da educação. Ele compreendia que o desígnio da educação escolar era o de servir à formação do indivíduo, logo, seus fins sociais não se sobrepunham ao seu objetivo precípuo de fazer fluir a personalidade do educando.³⁵

Em Minas, a idéia da adequação da escola às demandas do desenvolvimento, tendeu a reeditar, no contexto dos anos de 1950/60, preocupações que, nas décadas de 1920/1930, orientaram a tomada de posição do poder público em relação ao processo de modernização do Estado, concebido como um complexo de instituições (dentre elas a escola) dedicadas a cumprir metas específicas tendo em vista à promoção do desenvolvimento regional. Nessa medida, os propósitos do projeto CBPE – cujo alvo era a modernização e racionalização das políticas educacionais – foi traduzido como um reforço às ações que já vinham sendo empreendidas pelo poder público mineiro em consonância com o projeto político do desenvolvimento regional.

Esse projeto fixou, em face da meta de recuperação da economia mineira e por intermédio de um consenso estratégico das elites, uma orientação geral para a atuação do setor público que produziu um movimento de renovação das instituições públicas, sem quebrar os particularismos políticos regionais.³⁶ Dessa forma, na experiência do desenvolvimento mineiro, a idéia do planejamento antecedeu o debate nacional e vinculou-se a uma *cultura política* sedimentada pela crença na racionalidade administrativa como forma de condução dos dilemas do setor público.

Em relação à educação escolar, esses elementos forjaram certo legado intelectual que compreende a eficácia e a modernização dos serviços escolares como resultado de investimentos afetos ao campo técnico-administrativo: mais especificamente a fiscalização e a assistência técnica às escolas, o aperfeiçoamento dos professores, a adequação de métodos de ensino e a oferta de prédios com condições higiênicas e de segurança convenientes. Essa concepção se afirmou ao longo das décadas de 1920 e

³⁵Sobre essa questão ver: Rocha, 2004.

³⁶A tese do consenso estratégico das elites mineiras em torno de um projeto político organizado e conduzido pelo Estado com o objetivo de promover desenvolvimento mineiro, se sustenta em evidências empíricas da história regional e é defendida por Dulci, Otávio. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

1960, favorecida pela a ação do poder público de fortalecer o espaço de atuação de instituições especializadas como: a Escola de Aperfeiçoamento, o Serviço de Inspeção Técnica e Administrativa do Ensino Primário. O Serviço de Orientação Técnica ao Ensino Primário e Normal das Zonas Rurais, o Instituto Pestalozzi e o complexo educacional da Fazenda do Rosário.

Investidas da autoridade técnica de decidir sobre as questões do ensino e desfrutando do prestígio e do reconhecimento do Poder Público, essas instituições priorizaram e legitimaram a perspectiva técnico-pedagógica no tratamento dos problemas da educação escolar. Do ponto de vista prático, essa opção significou a continuidade de um padrão de ciência que conferiu hegemonia aos aspectos técnicos da educação em detrimento da discussão sobre o seu potencial na construção da cultura brasileira.

Em Minas, ao vincular o CRPE ao projeto político da Secretaria de Estado da Educação, as elites intelectuais e governamentais restringiram o campo de possibilidades da parceria educadores/cientistas sociais e do debate acadêmico/científico do papel da educação no desenvolvimento. Dessa forma a ação e a produção do CRPE concorreram para legitimaram o padrão de ciência já estabelecido no Estado e para reforçar a idéia do ajuste da educação as demandas do crescimento econômico, recriando hierarquias sem alterar as estruturas constitutivas da sociedade. Os caminhos intelectuais trilhados pelo CRPE concorreram para reafirmar a fórmula explicativa dos problemas da educação e para assegurar a continuidade das ações voltadas para aspectos internos ao funcionamento da escola e à sua administração, mantendo distância de outras perspectivas teóricas e conceituais de interpretação dos problemas da educação escolar.

Ao destacar essa lógica da *continuidade*, materializada no padrão científico adotado pelo CRPE em Minas Gerais – o que não invalida o mérito das pesquisas ali produzidas – interessa ressaltar o elogio dos protagonistas desse empreendimento, ao potencial das pesquisas na produção da racionalidade técnica e administrativa dos serviços públicos. Nas diferentes alusões feitas por esses sujeitos ao papel da pesquisa na renovação educacional, o que sobressai é a sua valorização como instrumento de mensuração das falhas do sistema de ensino. A ciência corrobora, nesse sentido, para legitimar a idéia da intervenção do Estado na correção das supostas distorções do sistema. Nessa lógica a idéia da assistência técnica e administrativa à escola primária e o investimento na formação dos professores são edificados como o foco do problema funcionando como guia de leitura e de tratamento dos problemas educacionais, nos diferentes investimentos realizados pelo Estado. Essa interpretação realça a idéia da *tradição*, como função de conservação de interesses já estabelecidos e como um parâmetro do passado para a organização de ações futuras. Todavia, permanece o desafio da necessidade de se ampliar os estudos nessa direção para ampliar o entendimento dos dilemas e conflitos que demarcaram a experiência do CRPE em Minas Gerais.

Referências

ARRUDA, M^a Arminda N. *Visões de Minas: o tema da mineridade*. In: III Seminário sobre a Economia Mineira, Anais, Belo Horizonte: Cedeplar FACE/UFMG, 1986.

BASTOS, Tocary A. & Walker, T. *Partidos e Forças Políticas em Minas Gerais*. Revista Brasileira de Estudos Políticos. N ° 31, Maio 1971, p. 117-157

CARVALHO, José Murilo de. *Barbacena; a família, a política e uma hipótese*. Revista Brasileira de Estudos Políticos, UFMG, Belo Horizonte, n ° 20, p. 93-153. 1966.

CORRÊA, Mariza. “A Revolução dos Normalistas”, Cadernos de Pesquisa (66): 13-24 agosto, São Paulo, 1988.

DULCI. Otávio Soares. *Minas Gerais: continuidade e mudança*. Revista de Cultura & Política, São Paulo n ° 7, p.75-91. 1982.

_____. *As elites mineiras e a conciliação: a mineridade como ideologia*. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, ANPOCS/Cortez. 1984.

_____. Política e recuperação econômica em Minas Gerais. *Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999*.

FREITAS, Marcos Cezar. *História Antropologia e Pesquisa Educacional: itinerários intelectuais*, São Paulo Cortez, 2001.

GIDDENS. A vida numa sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A., BECK, V., LASKH, S., *Modernização Reflexiva*, S.Paulo, Ed. Unesp, 1997, cap. 2, p. 73-133

HORTA, Cid Rebelo. *Famílias Governamentais de Minas Gerais*. Segundo Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte, UMG, 1956, p. 44-91.

MATA MACHADO, Bernardo. *O poder político em Minas Gerais*, Análise & Conjuntura, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v.1, n ° 1, 1986, p.91-124. 1987.

MARTINS FILHO, Amílcar Vianna. *A economia política do café com leite: 1900-1930*, Belo Horizonte, Ed. UFMG. 1981.

MELLO. Cyro F.B. *A noiva do trabalho: uma capital para a República*. In: DUTRA, Eliana(Org.) *BH Horizonte Históricos*, Belo Horizonte, c/Arte Editora. 1996.

RESENDE, M. Efigênia L. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM*. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 1982.

RENAULT, Abgar. A Situação do Ensino no Brasil. Revista Kriterion, Vol. 9, n° 35-38, 1956.

_____. Crise do Ensino: aspecto da crise geral do Brasil, Revista Kriterion, Separata do n° 23-24 vol. VI, Janeiro-junho de 1953.

VISCARDI, Claudia M.R. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 39-56. 1995.

XAVIER, Libânia N. *O Brasil como Laboratório: educação e ciências sociais no projeto dos Centros Brasileiros de Pesquisas Educacionais*, Bragança Paulista: EDUSP, 1999.

WIRTH, John. *Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional (1889-1930)*. In.: FAUSTO, B. (Org.) *O Brasil Republicano*, 2ª ed. t.3, v.1. S.Paulo, Difel. 1977.

Fontes:

DISCURSO pronunciado por Mário Casasanta na sessão solene de instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais em fevereiro de 1957. *Boletim do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais*, n. 1, abr./1958, p.17-30.

BOLETIM DO CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS, Belo Horizonte [1957], n. 1, 1958.

BOLETIM DO CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS EM MINAS GERAIS, Belo Horizonte [1959], n. 2, 1960.

MINAS GERAIS. Governador Bias Fortes, Jose Francisco. Mensagem a Assembléia Legislativa: apresentada pelo governador do Estado de Minas Gerais na sessão de 15 de junho de 1956. Belo Horizonte: 1956.

RELATÓRIOS de atividades do CRPEMG enviados ao INEP entre 1956-1966. Acervo documental CRPEMG, registro 17/1/138, caixa 25, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Recebido em maio de 2008

Aprovado em julho de 2008